

# **Iniciativa Imagine Brasil**

## ***Síntese do Diálogo sobre Meio Ambiente***

A iniciativa **Imagine Brasil** tem como objetivo mobilizar lideranças de diferentes segmentos da sociedade, visando contribuir para o Brasil encontrar caminhos para o seu desenvolvimento. Esta etapa do projeto prevê a realização de reflexões e diálogos com especialistas sobre as aspirações e as expectativas em suas áreas de atuação para a década, num cenário que contemple uma visão do contexto atual e das perspectivas até 2030.

Após o evento de lançamento do projeto, ocorrido em agosto, já foram realizados três Diálogos – sobre Educação, Defesa e Segurança Pública e Meio Ambiente. Todos contaram com a participação de seletos grupos de especialistas em suas áreas.

Esse terceiro encontro da Série Aspiração para o Brasil foi composto por: Ana Toni, Adriano Stringhini, Benjamin Sicsú, Braulio Dias, Carlos Eduardo Young, Maria Dalce Ricas, José Carlos Carvalho, Marcello Brito e Virgílio Viana (veja minibiografias em anexo). Eles foram convidados a refletir e a compartilhar as aspirações para o Brasil até o ano de 2030 em relação à agenda ambiental.

O objetivo dos Diálogos é ampliar a escuta sobre anseios e desejos dos brasileiros e buscar possíveis convergências para fazermos a ponte entre a aspiração e a performance, que é onde o sonho se transforma em realidade.

.....

### **Em destaque**

- Este diálogo é um convite a sonharmos e imaginarmos o futuro, mesmo em tempos em que o realismo dos fatos sufoca o sonho da sociedade;
- O país vive um sério problema de imagem internacional, mas temos de melhorar o meio ambiente também para os brasileiros;
- É necessária a construção de uma identidade nacional para garantirmos nossa soberania;
- A Amazônia não pode ser tratada como questão regional, mas sob a ótica da responsabilidade do governo federal;
- O valor intrínseco de um país está ligado à sua reputação – e o Brasil atual está perdendo a sua, com impactos na economia e no meio ambiente;
- É necessário inserir no nosso imaginário de país a sustentabilidade ambiental e cultivar o orgulho diante dos nossos ancestrais indígenas e negros;

- Não é possível pensar na agenda ambiental sem considerar os impactos da desigualdade no Brasil e a educação precária;

- Precisamos de um modelo de desenvolvimento com redução das desigualdades, mais educação, fim da fome e geração de empregos verdes;
- Não se pode abrir mão do saneamento e da gestão de resíduos no país;
- Não é preciso reinventar a roda, mas resgatar a participação da sociedade e das entidades de defesa ambiental nas decisões;
- A agenda ambiental global foi formada a partir da Conferência Rio+20, e o Brasil teve um papel importante nessa construção;
- Agora, com a COP 26, precisamos atuar como atores principais dessa nova agenda;
- Temos de desfazer dois mitos: o de que a destruição do meio ambiente ajuda na erradicação da pobreza; e o de que há incompatibilidade entre a agenda ambiental e a produção expressiva de alimentos;
- É possível construir um modelo de desenvolvimento alternativo, em que a economia cresça de forma harmônica com o ambiente.

.....

. A seguir, a síntese das principais contribuições dos especialistas.

### **Contexto histórico e aspirações**

- O país, infelizmente, está vivendo um contexto marcado por uma realidade na qual o realismo fático sufoca os sonhos e as esperanças da sociedade. Um problema que podemos definir como existencial para a civilização contemporânea, pois uma sociedade que não tem como sonhar não tem como existir enquanto nação.
- Sabemos que o racionalismo tecnicista não produz as mudanças, que dependem de transformações da sociedade e da cidadania. E o país vive uma extraordinária crise de liderança que já perdura por algum tempo.
- Uma das principais aspirações que precisamos buscar, como cidadãos, é ver as crianças brasileiras em escolas públicas de tempo integral e de qualidade. Sem essa conquista, nenhum outro passo em busca de nossos sonhos se concretizará. Esse é o principal fator de nossas desigualdades, que também explica boa parte dos problemas que vivemos na área do meio ambiente e da sustentabilidade.

- E não temos dúvida: o que o Brasil pode e deve fazer até 2030 é lançar as bases de um novo modelo de desenvolvimento, como mencionado, com base na sustentabilidade.

- Afinal, é inaceitável que um país que tenha as melhores vantagens comparativas do mundo para se tornar uma economia verde, e verdadeiramente sustentável, não tenha nenhuma iniciativa, nenhum pensamento ou nenhum sonho que nos remeta a essa perspectiva, tão fundamental para a nossa inserção no plano internacional.
- Quando pensamos no meio ambiente no Brasil, não devemos falar em aspiração ou em projeto Brasil, mas sim em sonhos... e qual é o país dos nossos sonhos?
- Vivemos hoje diversas crises, como a social e a econômica, com o aumento da pobreza, assim como a política; todas são mais visíveis e imediatas, mas não podemos deixar de considerar a crise ambiental e as decorrências da mudança climática.
- Enfrentamos também um processo seríssimo de degradação ambiental em função da poluição dos recursos hídricos e da perda da biodiversidade, com o crescimento da frequência das grandes enchentes e das queimadas em vários estados do Brasil.
- Diante desses cenários, aspiramos maior prosperidade, e temos de pensar em um meio ambiente a ser radicalmente modificado, visando a uma grande recuperação de nascentes, de toda a Mata Atlântica, dos biomas, do cerrado, do pampa, do Pantanal e da Amazônia com desmatamento zero. E não adianta termos uma economia saudável sem uma nova estratégia de cuidado ambiental.
- Acreditamos que, do ponto de vista internacional, no qual o país e as empresas enfrentam uma posição crítica e uma imagem muito negativa, é preciso mesmo nos posicionarmos diante das sanções, das restrições comerciais e da retirada dos fundos de investimentos. Tudo isso sinaliza para a necessidade de buscarmos novas estratégias para a gestão do meio ambiente. Sonhar com essas novas aspirações exige fazer todas essas mudanças.
- Mas precisamos ter esperanças, pois há muitos aspectos positivos no contexto brasileiro, apesar de o governo estar desmontando as políticas ambientais, as educacionais, as de saúde, as de ciência e tecnologia e tudo o mais.
- O nosso maior problema é o mundo real, pois nós estamos destruindo a natureza, diante de eventos climáticos extremos, com secas, incêndios,

enchentes e uma perda da biodiversidade num ritmo muito elevado. Reverter tudo isso é essencial para melhorarmos nossa imagem internacional e preservar o ambiente em escala global.

- Por sua vez, a crise hídrica sem precedentes que vivemos vai afetar tremendamente a produção de energia e a produção agrícola, com a necessidade de fazermos racionamento de água.
- Ao longo de 30 anos, desde a Rio 92, nós construímos todas essas instituições que vamos precisar recuperar. Para isso, é preciso resgatar as suas equipes técnicas, com concurso público para Ibama, ICMBIO e outros.
- Temos que defender a independência do Ministério Público, que está sendo ameaçada atualmente, promovendo o resgate agora institucional e legal do segmento.
- Em outras palavras, não precisamos reinventar a roda para recuperarmos o Brasil que nasceu a partir da Rio+20 e para planejar o país pelo menos até 2030, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Este deve ser o nosso principal norte.
- O atual governo desativou a Comissão Nacional dos ODS e é preciso reverter isso. Desde 2018, não temos mais relatórios oficiais de implementação dos compromissos do Brasil em relação aos ODS. Graças, contudo, a organizações da sociedade civil, temos os relatórios que nos dão uma ideia da situação dos ODS no Brasil. Mas o deste ano traça um quadro desastroso, pois o Brasil não está avançando praticamente nada nesse implementação. Nesse ritmo, não vamos avançar em nada até 2030.
- Com relação à temática da biodiversidade, o Brasil também avançou muito nos últimos 30 anos, pois temos as maiores áreas continentais públicas protegidas no mundo. Temos também uma rede enorme de terras indígenas e, graças ao Código Florestal. Tudo isso representa um patrimônio fabuloso, que temos de saber aproveitar melhor, com incentivos e orientação técnica para que possamos aproveitar o potencial dessas áreas protegidas em terras privadas.
- Na terminologia internacional, dizemos que temos duas estratégias –uma de poupar e outra de compartilhar. Precisamos, portanto, saber compartilhar, num mesmo território e em uma mesma propriedade, iniciativas econômicas e iniciativas de conservação.
- Temos também de prestar muita atenção para a agenda internacional, porque o mundo só fala na COP 26 de Glasgow. A agenda de clima é

muito importante e vai, cada vez mais, nos impactar. Teremos a aprovação de uma nova agenda global da biodiversidade para os próximos 30 anos.

- O governo chinês lançou, recentemente, um documento que orienta os bancos do país no sentido de analisarem os riscos de todos os seus investimentos internos e externos para a biodiversidade, de modo a torná-los ambientalmente sustentáveis.
- São iniciativas com impacto em todo o mundo, e temos de ficar atentos a elas. O Brasil tem de estar muito bem alinhado com essa nova agenda, por sermos o país mais rico do mundo em biodiversidade e, portanto, um ator-chave nesse contexto.
- Vale salientar que recente estudo demonstra que houve uma redução de cerca de 25% de profissionais de alto nível em toda a Amazônia nesses últimos anos. Ou seja, estamos regredindo em termos de capacidade intelectual nas universidades e nos institutos de pesquisa da Amazônia, que representa a metade do território do Brasil.
- Devemos refletir sobre a questão ambiental também do ponto de vista da reputação, à qual está diretamente ligado o valor intrínseco de um país. Nos anos 2010, por exemplo, o Banco Mundial constatou que a Indonésia sofreu uma forte queda em sua reputação em função da perda de valor de seus produtos por questões ambientais – cujos efeitos estão sendo sentidos hoje pelo país. Temos de ficar muito atentos a tudo isso.
- A reputação do Brasil está intrinsecamente ligada à Amazônia, porque não existe “produto *made in* Pará, *made in* Amazonas, *made in* São Paulo ou *made in* Santa Catarina”. Existe produto “*made in* Brasil”. O desmatamento e o Código Florestal estão diretamente ligados a essa questão da reputação do país como um todo.
- Acreditamos que uma das aspirações mais complexas de se tornarem realidade está exatamente ligada ao Código e ao controle do desmatamento. Porque isso prevê uma mudança completa no *mindset* ambiental do país. E temos de começar a mudança por Brasília, onde se concentram as políticas públicas que regem a Amazônia.
- Uma forte taxaço de produtos que utilizam madeira nativa, como forma de penalização, também pode contribuir para a redução do desmatamento.
- Temos de buscar a implementação de políticas de desmatamento zero ou quase zero, por meio de mais rigor de fiscalização e punição.

- Isso tem de envolver não só o governo federal e seus ministros, mas também o universo de governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e grandes empresários presentes na Amazônia. Todos têm a ver com o atual modelo de exploração que ocorre na região.

- E não podemos deixar de lembrar também, nesse contexto, das reformas que não deixam de ser uma aspiração nacional, como a tributária e a administrativa, que fazem parte do pacote de modernização da economia. Afinal, não há como avançar na questão ambiental sem segurança jurídica e tributária necessárias, assim como governança e compliance, para que os investimentos possam ocorrer de forma satisfatória no Brasil.
- No Código Florestal, estamos prevendo garantir governança a 25% da vegetação verde brasileira e a 1,6 milhão de nascentes de água que estão dentro das áreas privadas.
- Além da questão de reputação, precisamos pensar também na questão da identidade nacional, porque as reações que vêm de fora são sempre muito fortes. Temos de pensar nessa identidade como uma forte aspiração, com a defesa dos recursos naturais e de uma soberania verde, que nos desse muito orgulho enquanto nação.
- Outros valores essenciais nesse debate são a equidade e o combate à pobreza relacionados também ao meio ambiente, pois vivemos num país extremamente desigual. Isso se encaixa perfeitamente na busca desse novo *mindset*. Precisamos também olhar um pouco para trás e ter orgulho dos nossos ancestrais nativos – e não só dos europeus.
- Combater a pobreza é algo que precisa ser feito por meio da educação, para que todos compreendam também a importância de iniciarmos uma transição para uma economia de baixo carbono, na qual a questão da Amazônia e dos conflitos lá existentes devem ser equacionados numa visão bastante abrangente de sociedade. E não faltam recursos para se resolver a questão da Amazônia.
- Muito se fala de cidadania italiana e portuguesa no Brasil, mas pouco se sabe sobre nossos ancestrais indígenas e negros, nesse debate sobre o caldo dessa identidade a que aspiramos e que inspiramos.
- Temos, com urgência, de sair também da visão constante de curto prazo, para concebermos o planejamento de longo prazo para o país, no bojo do modelo de desenvolvimento que queremos.
- É preciso refletir muito sobre a crise climática, pois o planeta pode não se recuperar dela daqui a poucos anos.

- Desde que foi criada, nos anos 1960, a Zona Franca de Manaus nunca passou por uma calibragem e uma visão de renovação dos incentivos federais, que sempre foram os mesmos. Com recursos federais, é possível manter a geração de empregos na Zona Franca, gerar investimentos e ainda contribuir para o final do desmatamento, ao se criar

uma base real para a bioeconomia na região.

- A aspiração, portanto, é clara: poder ver o Brasil como a grande potência do meio ambiente e de sustentabilidade para a qual estamos vocacionados a ser um dia. Para isso, podemos nos valer do que a agricultura brasileira faz de melhor para desenvolvermos, por exemplo, uma economia verde e uma bioeconomia de melhor qualidade e garantirmos essa inserção no âmbito internacional.
- Temos de pensar nas políticas públicas e nos investimentos essenciais em ciência e tecnologia, para conseguirmos desenvolver uma bioeconomia à altura do potencial do país nessa realidade internacional.
- Para que isso aconteça, temos que resolver o falso dilema que se abate sobre o país e que contrapõe o setor agropecuário e o meio ambiente. Não tenhamos dúvidas de que podemos ser, simultaneamente, o maior player mundial em produção de alimentos e a maior potência em sustentabilidade do planeta, pois esses desafios não são excludentes.
- Diante do processo de desindustrialização que, infelizmente, se expande pelo Brasil, temos de saber processar o fato de que, por muito tempo, o agronegócio vai realmente ser o carro-chefe da nossa economia no contexto internacional.
- Nesse sentido, não podemos ficar criando exclusões inexistentes, que só servem para minar os nossos sonhos, a nossa esperança e as nossas melhores aspirações.
- Não podemos continuar a cometer o equívoco de tratar a questão amazônica como uma questão regional. Ela precisa ser vista como um problema nacional, cuja agenda de busca de soluções precisa ser assumida não somente por ministros da área, mas pelo presidente da República.
- Não podemos deixar de considerar que a crise hídrica está por trás de muitos dos problemas que dizem respeito ao meio ambiente e ao planejamento de longo prazo do setor, no qual a questão da água e do saneamento básico precisam ser prioridades.

- Precisamos destacar a importância da agenda ESG como algo que está mudando o comportamento das empresas, e isso é algo bastante relevante.
- Sem dúvida, em nove anos não se pode fazer grandes mudanças, mas se conseguirmos, nesse prazo, frear a destruição da Amazônia, já estaremos

de alguma forma avançando e evitando um cenário que todos conhecemos.

- Temos de pensar no tripé que engloba as políticas climáticas, o debate sobre mudanças de matrizes energéticas e uma política de redução de consumo de energia.
- Precisamos reconstruir os mecanismos de participação da sociedade na gestão dos recursos naturais, revertendo a crescente exclusão das organizações de defesa ambiental nos processos decisórios do país, ao lado do poder público e da iniciativa privada.
- Outra questão que precisa ser levada em conta, que passa por um princípio ético, está relacionada ao elevado índice de atropelamento de animais em rodovias, assim como ao tráfico deles, à mortandade e à questão de habitat no país. Se, em nove anos, não conseguirmos reverter isso, os prejuízos serão muito grandes.
- O Brasil precisa, com urgência, criar uma política efetiva de gestão de resíduos no país. Seria fundamental, por exemplo, obrigar as empresas a ter uma gestão e um planejamento de destinação dos resíduos, como sacos descartáveis, plástico e isopor. Os hospitais, por exemplo, geram toneladas de resíduos todos os dias do ano, sem que tenham nenhuma responsabilização por isso.
- Precisamos entender, antes de falar em aspirações para 2030, que uma sociedade que tenha fome não vai a lugar algum. E não é apenas fome de comida, o Brasil já produz cerca de três quilos de alimentos por habitante por dia. Se passar a produzir quatro, cinco ou dez, o país vai virar a maior potência agro do mundo. Mas, se não conseguir produzir sem destruir, isso não vai resolver nada.
- Somos um enorme exportador de carne e estamos vendo fotos das pessoas se aglomerando em torno de caminhão de lixo para buscar alimentos. Esse modelo autofágico não vai nos levar a lugar nenhum. E vamos continuar restritos a encontros como este para falar de nossos sonhos, enquanto o país vive um enorme retrocesso social, econômico e ambiental.

8

- Temos de colocar o dedo nessa ferida. Com este modelo autofágico, nós perdemos a capacidade de gerar empregos e de elevar a renda per capita brasileira, que hoje é inferior à de 2009.
- Não se pode conceber um modelo de grande sucesso econômico às custas da disparada da desigualdade. Estamos vendo a explosão no número de



favelas, a queda da renda. E, para completar, o país está destruindo as conquistas ambientais e o controle de desmatamento.

- Precisamos de uma legislação trabalhista e de uma legislação ambiental respeitáveis. Portanto, se conseguirmos chegar a 2030 tendo consciência do quanto andamos para trás, vamos conseguir aspirar, em algum momento, a andar para frente.
- Sem dúvida, falta uma liderança nacional, pois estamos falando de mais da metade do território brasileiro. Nossa aspiração para 2030 tem de passar, portanto, pela agenda de grandes transformações ambientais a serem realizadas em ambiente nacional, incluindo a questão amazônica.
- Até 2030, não dá tempo de fazer uma metamorfose, mas é possível colocar o país nos trilhos de um novo modelo de desenvolvimento, com essa visão que une a questão ambiental com os desafios de colocar a agricultura como um grande vetor da economia verde – e não o contrário, como muitos defendem.
- Se, até 2030, conseguirmos reverter o desmonte de todo o retrocesso que vem ocorrendo no atual governo, em suas mais diversas dimensões, já teremos uma espécie de avanço, com a participação de organizações não governamentais e do setor público.
- Esperamos começar janeiro de 2023 com novas perspectivas, quando um novo governo restabelecer as políticas públicas de meio ambiente e as dotações orçamentárias das instituições do setor, revertendo todo o cenário atual. Esse seria um primeiro passo concreto e fundamental.